

O patrimônio territorial e a perspectiva das populações tradicionais

Resumo

Este artigo procura trazer elementos para reflexões sobre o conceito/a ideia de patrimônio em locais de populações tradicionais, com um estudo de caso no Município de Ilhabela, estado de São Paulo, Brasil, no bairro/na praia do Curral, de população caiçara, mediante entrevistas qualitativas e pesquisa bibliográfica. Utilizando-se de observação, entrevistas, discussão teórica e análise, apreende-se que o conceito de patrimônio territorial é de extrema importância ao se pensar políticas públicas em suas diversas escalas e que, antes de tudo, buscar a compreensão que as pessoas que moram no lugar têm da ideia de seu patrimônio permite mudar o foco do estudo sobre o patrimônio do lugar para o estudo sobre o patrimônio a partir da vivência das pessoas do lugar, em uma necessária relação de diálogo.

Palavras-chave: Patrimônio, Território, Populações Tradicionais, Ilhabela/SP/Brasil.

Abstract

PATRIMONIAL TERRITORY AND THE TRADITIONAL POPULATIONS PERSPECTIVE

This article tries to bring out elements for reflections on the concept/ idea of patrimonial territory in traditional populations, with a case study conducted in the Ilhabela County, São Paulo State, Brazil, in the Curral neighborhood/beach, of caiçara population, through qualitative interviews and a bibliographic review. By using observation, interviews, theoretical discussion and analysis, the study concluded that the concept of territory is of extreme importance to public policies at several levels and that, above all, it is necessary to try to understand whether the idea the locals have about their territory allows a change of focus from a study about the local territory to a study of the territory based on the experiences of the local people in a necessary dialogue relationship.

Key-words: Patrimony, Territory, Traditional Populations, Ilhabela/SP/Brazil.

1. Introdução

O termo patrimônio originalmente está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas da sociedade. O conceito hoje está atrelado a diversos adjetivos, como genético, natural, histórico e cultural, dentre outros, o que faz dele um conceito polissêmico, utilizado com frequência para designar um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa, ou seja, suscetível de apreciação econômica. O termo também tem uma relação estreita com a ideia de herança, algo que é transmitido dos pais aos filhos e não está relacionada apenas à transmissão de bens, mas também das práticas sociais.

O conceito corrente de patrimônio é frequentemente relacionado às formas isoladas. Percebe-se na paisagem alguns elementos fixos e que se tornam permanentes graças às suas resistências e vinculações com a memória, individual, coletiva e/ou histórica. O espaço é, assim, uma acumulação de tempos desiguais e carrega em si a memória de uma dada sociedade.

Mesmo que muitas estruturas territoriais desapareçam, traços podem permanecer mostrando o que Milton Santos (1996) chamou de *rugosidades* ou *acumulação desigual de tempos*. Uma questão do trabalho de campo era se teriam sobrado rugosidades do modo de vida caiçara. Foi-se a campo com algumas expectativas e uma era esta: “encontradas há 20 anos, ainda existiriam a casa de farinha e a igrejinha abandonada? O que sobrou?”.

Estes dois locais (rugosidades) foram encontrados pela autora, inicialmente, atuando como professora de Geografia na comunidade, nas décadas de 1980 e 1990, que resultou em uma dissertação de mestrado (CALVENTE, 1993) na qual se discutia a alteridade dos caiçaras e o território.

Na época da dissertação de mestrado foram estudados três bairros/praias da Ilha de São Sebastião, Município de Ilhabela, no Litoral Norte do estado de São Paulo (figura 1) e, no ano de 2011, 20 anos depois, escolheu-se um dos três bairros ou praias (chamado de Curral – a praia número 2 da figura 2) para as entrevistas. O termo caiçara é usado como uma autodenominação para o natural do litoral no estado de São Paulo, em parte do litoral do Rio de Janeiro e em parte do litoral do Paraná, quatro estados brasileiros. Para o recorte deste artigo, será abordada uma das questões

que levou à segunda pesquisa, a respeito do patrimônio territorial em comunidades tradicionais, no caso uma comunidade caiçara.

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DE ILHABELA NO LITORAL BRASILEIRO E PAULISTA



Fonte: Escobar, 2016.

Figura 2
PRAIAS PRINCIPAIS DA FACE DO CANAL DA ILHA DE SÃO SEBASTIÃO



Fonte: Nascimento, 2011.

A casa de farinha não está mais lá (CALVENTE, 2012). Observou-se que no Curral o turismo não se apropriou dos bens culturais, provavelmente pelas características da paisagem e pelo ordenamento territorial do turismo, específico para este caso: modelo de “turismo sol e praia”. Mesmo em um processo carregado de contradições, a valorização do patrimônio pelos turistas poderia ter fortalecido as resistências locais para a conservação dos elementos materiais e imateriais que desapareceram neste período.

2. O patrimônio territorial do curral

A valorização do espaço, pelo seu caráter social, resulta em um conjunto de objetos e ações que carregam símbolos inerentes aos grupos sociais. Estes objetos e ações (fixos e fluxos) guardam histórias, conhecimentos e técnicas peculiares nas suas diversas manifestações. Alguns desses objetos permanecem na paisagem, com a mesma função, ou acabam sendo modificados da sua função original de acordo com as necessidades e interesses dos agentes sociais. Para Milton Santos (1996, p. 113) são *rugosidades*, já que:

O que, na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Paes (2009, p. 4) explica: “E é na paisagem que essas heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, contendo de signos e significados historicamente localizados”. É importante compreender que a territorialidade e o patrimônio, na relação, constroem sólidas referências culturais e/ou identitárias. Rodrigues (2007, p. 24) alerta:

Frequentemente o turismo se apropria dos valores patrimoniais num processo social complexo que é assumir como bens comuns aqueles bens materiais e simbólicos que de direito não lhe pertencem, uma vez que a legítima depositária deste lastro é a sociedade que os constituíram num determinado momento histórico.

Luchiari (2000, p. 38) também entende que as territorialidades pré-existentes necessitam de valorização quando é efetuada a *urbanização turística*, ao contrário do que ocorre comumente. Compreende territorialidade como “[...] uma relação triangular na qual o território mediatiza as relações entre os homens e destes com a natureza. [...] espacializando as relações de poder”. E ainda afirma um pouco antes, na mesma página:

Não é justo, nem ético, que as nossas populações locais sejam varridas de suas territorialidades para dar lugar a formas-conteúdo exógenas, que vão tomando de assalto extensas áreas, transformando a natureza em um bem de acesso seletivo, e excluindo as populações autóctones da nova organização socioespacial.

Assim, é pertinente perguntar a uma comunidade o que ela considera como seu patrimônio, pois: “Os objetos, os bens e sua espacialidade são a substância do nosso universo social e simbólico, produtor de cultura” (PAES, 2009, p. 5). As pesquisas da representação local de patrimônio estão inseridas em uma perspectiva geográfica de “[...] uma geografia atenta às relações entre o sujeito e o seu meio, ambos mediados pelas representações, pelas práticas e pelos discursos [...]” (PAES, 2009, p. 5). No caso do Curral, ao serem questionados a respeito (quadro 1) os moradores deram três conjuntos de respostas que são significativas no âmbito coletivo: duas formas isoladas e algo que se pode considerar como um arranjo ou como um patrimônio territorial: a praia.

Quadro 1
O QUE HÁ DE PATRIMÔNIO NO CURRAL

O antigo casarão	14
A capela de Santa Cruz	06
A praia	06
Nada	06
Outras respostas	08

Fonte: Elaboração própria (resposta múltipla).

A praia é patrimônio porque era apropriada, era território como abrigo e recurso para a pesca, porém hoje isso mudou: “Nossa praia, mas hoje não tem mais como usufruir o que ela dava para nós” (entrevistado 1¹); “A praia, o mar, patrimônio público, enquanto o mar for limpo” (entrevistada

2); e “Patrimônio da gente era a praia que tinha acesso livre, hoje em dia não tem. Tomaram conta de tudo, invadiram tudo, o único patrimônio que tem aqui é onde moro, se Deus não tomar cuidado...” (entrevistado 3).

O antigo casarão (chamado de “a casa” ou “o convento” é a forma isolada mais lembrada como patrimônio (figuras 3 e 4), e sua importância para a comunidade é contada dessa maneira: “Pode ser a casa... [...] Feita no tempo dos escravos, as paredes de pedra de quase um metro, um metro de comprimento por 20 centímetros de grossura, apelidaram até de convento [...]” (entrevistada 4).

A casa [...] é um patrimônio. Aquela casa é muito antiga, quando não tinha a igreja, a dona da casa chamava-se Albina e essa senhora fazia reza, o terço e eu era molequinha, a minha mãe levava a gente lá [...] Chamava-se Dona Albina, aí essa Dona Albina faleceu e a filha vendeu [...] Ela tinha um quarto cheio de imagens, na época o nome da casa era o convento. [...] Além disso, agora não existe mais nada. Tinha uma Folia de Reis, mas agora não existe mais nada, acabou tudo, tudo. Eles colocavam uma imagem na forma do Espírito Santo, enfeitavam com flores e iam de casa em casa cantando e os donos da casa davam uma esmola e às vezes servia comida para quem tocava tambor, quem tocava viola, era divertido, era essa a diversão de antigamente. Isso não tem mais, isso acabou (entrevistada 5).

Figura 3
O ANTIGO CASARÃO, CONSIDERADO PATRIMÔNIO DO CURRAL



Autoria: Edi Santos, 2011.

Figura 4

PELA LATERAL DO CASARÃO OBSERVA-SE A ESPESSURA DAS PAREDES



Autoria: Edi Santos, 2011.

Trabalhar com memória e entrevistas exige do pesquisador muito cuidado. No ano de 1991 um entrevistado informou que o casarão tinha sido vendido para turistas. Retornar e encontrar esta antiga forma intacta foi uma grata surpresa. Aventou-se que a venda tivesse sido cancelada, mas no ano de 2011 a maioria dos membros da família proprietária disse desconhecer essa ocorrência, com exceção de uma pessoa que lembrava vagamente da história. Enfim, o fato é que a venda realmente não ocorreu.

Entre os itens considerados patrimônio, em segundo lugar está a capela de Santa Cruz (figuras 5 e 6). Observando a figura 7, a paisagem que se descortina a partir da capela também poderia ser justamente considerada um bem patrimonial. O processo de resistência que houve em relação à demolição da capela demonstrou sua importância para a comunidade e ilustra bem a capacidade de trabalhar coletivamente na defesa do patrimônio. Ocorreu desta maneira:

O que sobreviveu é a de Santa Cruz. A de Santa Cruz foi depredada, acho que na década de 1990, acabou uma pessoa comprando, e o caseiro dele foi lá e pôs no chão a igreja. Aí a comunidade se mobilizou, e construiu a igreja que está lá. Não com o mesmo desenho que devia ser, mas enfim... Todos participamos, fazendo gincana, vendendo rifa, pedindo ajuda através de livros. O [...] que

mora perto, ouviu, madrugada, aquele barulho intenso, chamou a polícia, a pessoa foi autuada, o patrão pagou fiança, voltou a quebrar, nós colocamos gente lá para tomar conta, e conseguimos reconstruir, ela foi quebrada duas vezes (entrevistada 6).

Figura 5
A CAPELA DESTRUÍDA



Autoria: Entrevistada 7. Provavelmente do ano de 1994. Gentilmente cedida pela autora.

Figura 6
CAPELA RECONSTRUÍDA E MISSA CAMPAL



Autoria: Entrevistada 7. Provavelmente do ano de 1998. Gentilmente cedida pela autora.

Figura 7
PAISAGEM DE FINAL DE TARDE VISTA NA CAPELA SANTA CRUZ



Autoria: Edi Santos, 2011.

Olha, a capela foi destruída, que eu saiba foi vendida, ela foi desativada, ninguém rezava, então estava servindo de ponto para droga [...] aí como estava desativada, venderam aquela parte lá em cima [...] Eles destruíram à noite, eles combinaram para demolir à noite, fizeram a demolição. [...] eles escutaram o barulho e acharam que era o bar dele que estavam roubando e chamaram a polícia. E foi pego em flagrante, foi assim o negócio. Aí começou a peleja, a [...] se interessou muito, ela é advogada e foi por intermédio dela, ela buscou coisa do arco da velha, ela foi

lá, procurou tudo, para saber como que era dos antigos, que teve até casamento e tudo quando era antigo. [...] Por onde vou começar? Aí primeiro de tudo, comprei um caderno e comecei a marcar [...] o pessoal todo colaborou com areia, cimento... As casas de material de construção, todo mundo deu em geral. Eu colaborei, me lembro que dei 50 reais, acho, também cimento que ela pediu e com a comida... Olha a missa foi muito bonita, você vai ver aí o Bispo veio para inaugurar, muito, muito bonito viu, são essas coisas que eu recorro dali, muita coisa (entrevistada 7).

Foi com base no comportamento dos visitantes que os caiçaras do Curral responderam a respeito da valorização do patrimônio pela atividade turística (tabela 1). Metade considera que é valorizado: “Valorizam, porque eles gostam de coisas antigas, tem casamento na capelinha da Santa Cruz, casamento de turista. Eles gostam de coisa antiga, visitam tudo” (entrevistada 8) e metade considera que não é: “[...] têm os que vêm de fora e acham que aqui é parque de diversão, que podem fazer tudo, eles querem dominar, jogam muito lixo na rua, nas praias” (entrevistado 9).

Tabela 1
OS TURISTAS VALORIZAM O PATRIMÔNIO?

		PORQUE VALORIZAM		PORQUE NÃO VALORIZAM	
SIM	11	É COISA DO PASSADO	03		
		VISITAM	02		
		TIRAM FOTOGRAFIAS	02		
		É BONITO	02		
		OUTRAS/NÃO RESPONDEU	09		
NÃO	11			DESTROEM QUANDO COMPRAM	07
				SUJAM/JOGAM LIXO	04
				OUTRAS/NÃO RESPONDEU	07
ALGUNS VALORIZAM	09				
NÃO SEI	01				

Fonte: Elaboração própria.

3. A apropriação do termo

Conceitos científicos podem ser apropriados pelo senso comum (e vice-versa) e terem uma função nas lutas comunitárias. O conceito de patrimônio possui uma dimensão jurídica individual (bens, direitos e obrigações que uma empresa ou pessoa possui). Entretanto:

A palavra patrimônio é formada por dois vocábulos greco-latinos: “pater” e “nomos”. A palavra “Pater” significa chefe de família, ou em um sentido mais amplo, os antepassados. Dessa forma pode ser associada, também, a bens, posses ou heranças deixados pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial - um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. A palavra “Nomos” origina-se do grego. Refere-se a lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. O “nomos” relaciona-se, portanto com o grupo social. O patri-mônio pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro (CARNEIRO, 2009, p. 1).

Quando questionados a respeito da compreensão do conceito de patrimônio territorial, a maioria dos entrevistados tem esta última percepção: o patrimônio como uma herança para o grupo social e não apenas para um indivíduo (quadro 2).

Quadro 2**O QUE ENTENDE POR PATRIMÔNIO TERRITORIAL**

USOU CONCEITOS		USOU EXEMPLOS	
AQUILO QUE TEM QUE PRESERVAR	04	CASA GRANDE/CASA ANTIGA	02
TERRAS QUE A GENTE HERDA DOS ANTEPASSADOS	02	A TERRA DA GENTE/A TERRA	02
AQUILO QUE MARCOU E FICOU	01	COISA ANTIGA CONSERVADA	01
ALGO ANTIGO QUE TEVE IMPORTÂNCIA NO PASSADO	01	ILHABELA COMO UM TODO PORQUE É LINDA E PRESERVADA	01
ADQUIRIR UMA PROPRIEDADE ANTIGA	01	MUITA COISA, ATÉ UMA ÁRVORE	01
UMA COISA DE GERAÇÃO PARA GERAÇÃO	01	O QUE VOCÊ POSSUI E FAZ PARTE DA TERRA	01
ALGO IMPORTANTE QUE CONTA A HISTÓRIA DAQUELE LOCAL	01	SER DONO DE SUA TERRA	01
VALORIZAR ONDE MORAMOS	01	PESSOA ANTIGA	01
		PATRIMÔNIO PÚBLICO	01
		UMA PASSAGEM PÚBLICA	01
		ALGO QUE PERTENCE À ILHA	01
NÃO SEI	07		

Fonte: Elaboração própria.

O patrimônio territorial foi compreendido de uma maneira ampla, assim como a necessidade de sua conservação. Uma quantidade significativa (sete menções) explica a ideia de patrimônio na sua conotação mais usual, a jurídica individual, e também um total de sete entrevistados não souberam responder.

Rodrigues (2009) assume a perspectiva do patrimônio como inerente ao território, em um processo dialético, já que os modos de vida constituem o território, que produz os modos de vida, em um processo contínuo de produção/reprodução de forma/conteúdo/forma. E Paes (2009, p. 2) escreve o seguinte:

Os objetos, os bens e sua espacialidade são a substância de nosso universo social e simbólico, produtor de cultura. E não nos são úteis apenas para construirmos um sistema abstrato de interpretação da vida, mas para vivê-la, prosaicamente, em

sua cotidianidade. Interpretado dessa maneira o patrimônio não é só expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social.

O que se estudou em Ilhabela, desde a década de 1990, é um processo de perda do território. Portanto, do patrimônio e do modo de vida, tanto nas suas manifestações materiais, como nas imateriais. Uma hipótese de trabalho era que a ideia/o conceito de patrimônio territorial pode contribuir por ter uma clareza didática que permite sua rápida apropriação pelas comunidades tradicionais que lutam para manter seu território. Assim, seria um conceito operacional para a elaboração de projetos de políticas públicas comprometidas com a população local nas diversas escalas geográficas.

Com a análise empreendida até agora, fica cristalino que a melhor opção, a médio e longo prazos, para populações tradicionais (caiçaras, ribeirinhos e quilombolas) é a compreensão da posse das terras como legado para o seu grupo social, e não no sentido jurídico individual. Esta perspectiva (inclusive no sentido da legislação) poderia ter contribuído para a manutenção do território caiçara no Curral e para que as transformações tivessem ocorrido tomando por base as decisões do grupo, mesmo com seus conflitos internos. Resistir-se-ia mais, portanto, às forças tão poderosas (como os desejos de consumo estimulados pela mídia) que, por sua vez, contribuem para ações como a rápida concretização da venda de terras caiçaras.

As formas que são elevadas à categoria de patrimônio podem sofrer a intervenção do Estado para sua proteção, inclusive por meio de leis. Ao atribuir valor a determinado objeto, de maneira que este obtenha o *status* de patrimônio, reconhece-se a sua importância na manutenção da memória individual e coletiva dos grupos sociais. Mas estes bens devem ser compreendidos não de forma isolada e sim como pertencentes a um contexto em que foram construídos.

A ampliação da ideia de patrimônio para o de *patrimônio territorial* permitiria entender os locais nos quais as rugosidades estão mais relacionadas aos arranjos que às formas isoladas, como é o caso de territórios de comunidades tradicionais. Conforme Saquet e Briskievicz (2009, p. 14):

As identidades são produtos dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade. A identidade, desta maneira, configura-se num patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos diretamente na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem “viver” esse patrimônio. O território, então, envolve esse patrimônio identitário: o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças [...].

Aspectos relacionados à descaracterização da cultura local podem ser verificados em áreas litorâneas com valor patrimonial relevante que são importantes para a memória social e para a cidadania. Conforme Luchiarri (2000, p. 41): “O planejamento turístico deveria ser, antes de tudo, uma contribuição para o planejamento do lugar, da vida daqueles que ficam, permanecendo em suas experiências cotidianas, independentes dos mitos por meio dos quais os lugares são tomados de assalto”.

Conforme Rodrigues aponta em seu texto sobre o turismo e a inserção social em bases comunitárias (2009, p. 44), já ocorrem no Brasil experiências que trazem valorização dos bens patrimoniais, articuladas ao global, mas sem significar subordinação e que “[...] mantêm fortes laços de coesão e solidariedade que expressam a consciência territorial e o senso de pertencimento”. A autora analisa três exemplos de turismo comunitário: a Prainha do Canto Verde (Beberibe/CE); Projeto de Ecoturismo (Mamirauá/AM); e Projeto de Turismo Rural Caminhos de Pedra (Bento Gonçalves/RS).

4. O tempo do curral

O espaço é um produto histórico que existe tomando por base a técnica e as ações dos grupos sociais que o constroem. Fora do espaço a técnica é apenas virtual, mas no espaço ela é um dado concreto, materializada na forma de uma forma espacial. Assim, as datas da técnica e do espaço relacionam-se concretamente – esse é o tempo do espaço.

Por maior que seja o aporte tecnológico, por mais que o tempo necessário à produção de espécies vegetais e animais esteja diminuído ao máximo, pela tecnologia utilizada, há um tempo mínimo necessário para a manutenção da vida orgânica que, segundo Oliveira (2001), mostra a especificidade do rural. No caso do Curral, são encontrados ainda pescadores e

agricultores, e este tempo mais lento, cíclico, ainda surgiu nas entrevistas, mas quase em desaparecimento.

Em 1991 eram 10 os pescadores artesanais e ainda dois agricultores. Agora há cinco pescadores e nenhum agricultor. Explicam Hobsbawn e Ranger (2008) que hoje as *tradições inventadas* ocupam muito menos as vidas das pessoas urbanas do que as velhas tradições ocupavam, na vida das sociedades agrárias. “Aquilo que se deve fazer” determinava os ciclos para as populações tradicionais. Pensando nisso, na pesquisa comparou-se o que marcava o tempo para os entrevistados em 1991 (figura 8) com o que marca agora (quadro 3).

Algumas observações devem ser feitas. Inicialmente, a forma como a questão foi formulada, procurando influenciar o mínimo possível a resposta: “Vou pedir que você diga algo que marca cada mês do ano... O que este mês lembra, para você?” A partir daí se anunciava todos os meses, de janeiro a dezembro.

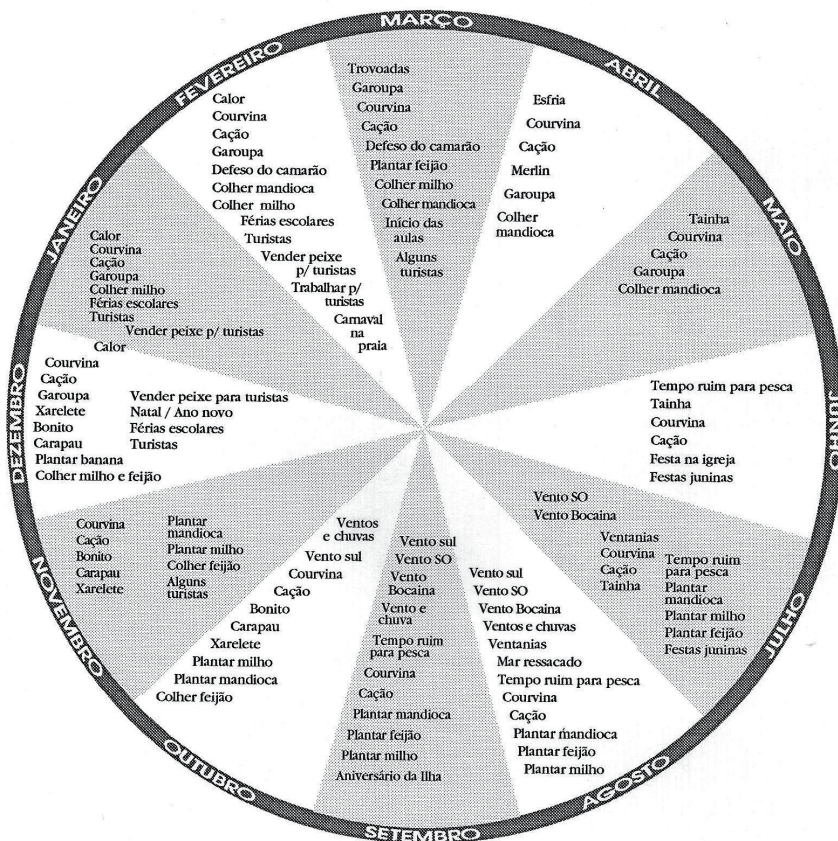
Há duas décadas, conforme a figura 8, “aquilo que se deve fazer” aparecia muitas vezes, em respostas relacionadas ao que plantar em determinado mês ou que espécies de peixe haveria no mar. Muitas respostas estavam relacionadas ao tempo – assim, a relação com o mundo natural ainda era forte e o tempo relativamente cíclico. As maiorias das respostas eram relacionadas à pesca, à agricultura e aos tipos de tempo. O turismo já aparecia, mas muito pouco.

Comparando com as respostas de agora, o contraste é gritante. O tempo, hoje, é marcado por relações mercantis (ganhar dinheiro com turistas), festividades como dia das mães, Natal, dia das crianças, Páscoa (como se sabe, relacionadas ao mercado de consumo e com ampla divulgação na mídia) e outras “tradições inventadas” urbanas. Mais uma vez, aparece o “mundo do consumo que seduz e imobiliza”.

Milton Santos afirmava que a força dos fracos é seu tempo lento (1994), já que a velocidade pode alienar. Com a velocidade atual, apesar de aparecerem múltiplas possibilidades para a reconstrução de referentes territoriais, materiais e imateriais, funcionais e simbólicos, como escreveu Haesbaert (2010), o outro lado da moeda é que o capitalismo volátil destrói as referências territoriais e constrói multiterritorialidades fragmentadas, significando na verdade falta de liberdade. É a diminuição da força dos fracos, que pode levar à exclusão territorial.

Figura 8
O CALENDÁRIO VIVENCIAL DA DÉCADA DE 1990

Calendário vivencial do Curral



Relação com a natureza - vida econômica - vida social e religiosa

Fonte: Calvente, 1993

Quadro 3

O TEMPO PARA OS ENTREVISTADOS DE 2011

JANEIRO			
TEMPORADA	06	MOVIMENTO	03
TURISTA	04	FÉRIAS	04
GANHAR DINHEIRO	04	RÉVEILLON	03
FESTA DE SÃO SEBASTIÃO	03	COMEÇO DO ANO	02
ANO NOVO	02	GENTE	02
CALOR	02		
FEVEREIRO			
CARNAVAL	15	TEMPORADA	04
GANHAR DINHEIRO	03	FÉRIAS	03
CALOR	02	PESCA	02
MOVIMENTO	02		
MARÇO			
TEMPORADA	05	TURISMO	02
CHUVAS	02	GANHAR DINHEIRO	02
CALOR	02		
ABRIL			
PÁSCOA	06	PESCA	02
INVERNO	02		
MAIO			
DIA DAS MÃES	05	MÊS DAS NOIVAS	03
INVERNO	02	MÊS DE MARIA	02
PESCA	02		
JUNHO			
FESTAS JUNINAS	09	FÉRIAS	02
INVERNO	02	TAINHA	02
PESCA	02		
JULHO			
FESTAS JULINAS	06	FÉRIAS	05
INVERNO	02	FRIO	02
TAINHA	02	PESCA	02
AGOSTO			
FRIO	02	FOLCLORE	02
SETEMBRO			

FESTA DE 7 DE SETEMBRO	03	PRIMAVERA	02
PLANTAR MANDIOCA	02		
OUTUBRO			
DIA DAS CRIANÇAS	03	CALOR	02
NOVEMBRO			
FINADOS	04	PESCA	03
PREPARAR A TEMPORADA	02		
DEZEMBRO			
NATAL	16	FESTAS	09
FINAL DO ANO	04	ANO NOVO	04
NASCIMENTO DE JESUS	02	FAMÍLIA	02
VISITAS	02	PESCA	02

Fonte: Elaboração própria.

5. Considerações finais

A discussão da questão que orientou este texto, a relação entre patrimônio e território na perspectiva da população local, pode ser sintetizada agora, na reflexão sobre a questão, especialmente para os pesquisadores que trabalham com populações tradicionais.

Inicialmente, entende-se o patrimônio como herança de um grupo que, junto com a territorialidade, tem a importante função de construir a identidade territorial. Hoje, entende-se essa herança constituída de objetos materiais e também de formas de viver, sentir e pensar o mundo.

No caso do recorte territorial do trabalho empírico realizado, a atividade turística não se apropriou dos valores patrimoniais, como poderia ter ocorrido (apesar das contradições inerentes a esta apropriação). Pelo contrário, o processo de turistificação foi realizado desconsiderando a herança da comunidade caiçara.

Qual é o significado de patrimônio para a comunidade? Inicialmente, pelas respostas dadas a uma questão indireta, a ideia de patrimônio está vinculada ao patrimônio material, no caso um antigo casarão, uma capela construída e reconstruída pela comunidade e a própria praia.

O antigo casarão ainda existe e poderia ser valorizado nas políticas públicas da esfera municipal, sendo ocupado por um pequeno museu e para atividades culturais, por exemplo. A capela, que também ainda está lá e permite observar uma bela paisagem (ou, a rigor, uma paisagem cênica), foi derrubada no processo de venda das terras e reconstruída pela comunidade, guardando a memória de um ato de resistência.

Quando se perguntou claramente “em sua opinião, o que é patrimônio territorial?” a ideia da comunidade a respeito é o de uma herança para uma comunidade, próxima do conceito utilizado em pesquisas científicas – o de um legado de um grupo social. A maioria dos entrevistados compreende a importância do patrimônio territorial e da necessidade da sua conservação. Aí os exemplos passam a ser ampliados, incluindo, por exemplo, “algo que pertence à ilha”, “muita coisa, até uma árvore”, “Ilhabela como um todo”, e “aquilo que marcou e ficou”.

Assim, pode-se afirmar que a ideia ou o conceito de patrimônio territorial tem uma clareza que permite sua apropriação para além das discussões acadêmicas, e pode/deve ser usado/a nas políticas públicas e nos diálogos com as comunidades tradicionais, permitindo compreender a posse das terras como um legado para um grupo social e não apenas no sentido jurídico individual.

Esses grupos sociais tradicionais, como se viu, tinham um tempo marcado pelos ciclos naturais; um tempo mais lento. Hoje também essa característica (e ela não poderia ser um patrimônio?) está desaparecendo. As tradições de outrora estão sendo substituídas por tradições “inventadas” urbanas. Enfim, o que fica claro após a pesquisa é que as populações tradicionais têm muito a dizer sobre o que é ou deveria ser o seu patrimônio territorial.

Notas

- ¹ Os entrevistados foram identificados por números para garantir o anonimato, conforme combinado durante as entrevistas.

Referências

CALVENTE, M. del C. M. H. **No território do azul-marinho**. A busca do espaço caiçara. 1993. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Turismo, Identidade Territorial e Desterritorialização**: do território do azul-marinho ao novo senhor do Curral. Relatório de Pós-Doutorado (Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CARNEIRO, N. P. Memória e patrimônio: etimologia. 11 de julho de 2009. **Webartigos**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

ESCOBAR, E. Alcatrazes: um mundo perdido no litoral paulista. **Estadão**, São Paulo, 18 dez. 2016, Infográficos. Disponível em: < <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/alcatrazes/img/mapas/alcatrazes-queimada-lage.jpg?v=7.0.0>. Acesso em 14 jan. 2018.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **RTA – Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 1, p. 35-43, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63507>. Acesso em: 05 jan. 2018.

NASCIMENTO, A. F. do. **A ilusão urbanística** – análise crítica sobre a reprodução do espaço urbano no município de Ilhabela – SP. 2011. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Rio Claro. 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura Brasileira – transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: USP, 2001. p. 465-534.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. **Observatório Geográfico América Latina**, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/19.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

RODRIGUES, A. B. Turismo e fortalecimento das micro-economias locais – oportunidade de inserção social. In: BURNE, S. M. A.; DACHARY, A. C. (Org.). **Turismo y Desarrollo**: crecimiento y pobreza. Puerto Vallarta: Universidad de Guadalajara; Universidad de Buenos Aires; Universidad Nacional de Mar del Plata, 2009. p. 37-46.

_____. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de Base Local** – identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Universitária UFPB, 2007. p. 15-29.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. A territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: <<http://www.agbpp.com/doc/CPG31A-3.pdf>>. Acesso em 13 set. 2010.

Recebido em: 11/12/2017

Aceito em: 18/01/2018